



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
GABINETE DA DIREÇÃO GERAL



**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO 2013**

Rio de Janeiro/2014



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
GABINETE DA DIREÇÃO GERAL



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n° 63/2010, c/c o art. 5º, inciso VI, da DN TCU n° 127/2013, da Portaria TCU n° 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno.

Rio de Janeiro/2014

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO	10
1 - IDENTIFICAÇÃO - RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2013	10
1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL (QUADRO A.1.1).....	10
1.2 - FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	11
1.3 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL	12
1.4 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	13
1.5 - MACROPROCESSOS DE APOIO	14
1.6 - PRINCIPAIS PARCEIROS	14
2 - PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	15
2.1 - PLANEJAMENTO DA UNIDADE	15
2.2 - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS	16
2.2.3 - AÇÕES	16
2.2.3.2 - AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS	23
QUADRO A. 2.2.3.2 - AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS	23
3 - ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	29
3.1 - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	29
3.2 - AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	29
QUADRO A.3.2 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	29
3.4 - SISTEMA DE CORREIÇÃO	31
4 - PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	32
4.1 - EXECUÇÃO DAS DESPESAS	32
4.1.1 - PROGRAMAÇÃO	32
QUADRO A.4.1.1 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	32
4.1.2 - MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA	33
QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA	33
4.1.3 - REALIZAÇÃO DE DESPESAS	33
4.1.3.1 - DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL	33
QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS -TOTAL ..	35
4.1.3.5 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	37
QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	37
4.1.3.6 - DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITO DE MOVIMENTAÇÃO	38
QUADRO A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO ..	38
4.1.3.7 - ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA	40
4.3 - MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	40
QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	40
4.3.1 - ANÁLISE CRÍTICA	40
4.4 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	41
4.4.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO	41
QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO	
DE REFERÊNCIA	42
4.4.2 - QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS	
ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	42
QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS ..	42
5 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	42
5.1 – ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	42
5.1.1 - DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	42
5.1.1.1 - LOTAÇÃO	42
QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADAS EM 31/12	42
5.1.2 - QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	43
5.1.2.1 - ESTRUTURA DE CARGOS E DE FUNÇÕES	43
QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS	
DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)	44
QUADRO A.5.1.1.2 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADAS EM 31/12	44
5.1.2.2 - QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE	44
QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM	
31/12	44
5.1.2.3 - QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE ..	44
QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 ..	44

5.1.3 – CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA	45
QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES	45
5.1.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	45
5.1.4.1 - CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA	46
QUADRO A.5.1.4.1 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	46
5.1.4.2 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA	46
QUADRO A.5.1.4.2 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	46
5.1.5 - CADASTRAMENTO NO SISAC	46
5.1.5.1 - ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC	
QUADRO 5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)	46
5.1.5.2 - ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU	47
QUADRO 5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)	47
5.1.5.3 - REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC	47
QUADRO 5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC	47
5.1.5.4 - ATOS SUJEITOS À REMESSA AO TCU EM MEIO FÍSICO	47
QUADRO 5.1.5.4 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)	47
5.2 - TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	48
5.2.1 - INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	48
QUADRO 5.2.1 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	48
5.2.2 - AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS	48
QUADRO 5.2.2 - AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS	48
5.2.3 - INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	49
QUADRO 5.2.3 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	49
5.2.4 - INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	50
QUADRO 5.2.4 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	50
5.2.5 - ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 5.2.3 3 5.2.4	52
5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	52
QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	52
6 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	53
6.1 - GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS E DE TERCEIROS	53
6.2.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	54
QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	54
QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL	54
7 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	54
7.1 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	55
QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	55
7.1.1 - ANÁLISE CRÍTICA	56
8 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	57
8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	57
QUADRO A.8.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	57
8.2 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	58
QUADRO 8.2 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	58
9 – CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	59
9.1 - TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU	59
QUADRO A.9.1.1 CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	59
9.4 - DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	60
QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	60
9.6 - DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	61
11 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	62
11.1 – MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	62
11.2 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	63

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do Instituto Benjamin Constant - IBC, exercício 2013, foi elaborado de acordo com os normativos expedidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

O ano de 2013 iniciou-se com a realização de Concurso Público para preenchimento de 33 cargos de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; 10 cargos Classe C; 19 cargos Classe D e 09 cargos Classe E. Esse contingente que começou a tomar posse em julho possibilitou uma ampliação nos serviços oferecidos pelos Departamentos e colocou em evidência a necessidade de aumentar as ações desenvolvidas pelo IBC beneficiando sobremaneira o nosso público alvo: a pessoa com deficiência visual.

Diante dessa nova realidade, com a maioria dos docentes nomeados com a titulação de mestres e doutores, a comissão responsável pela reestruturação do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI resolveu colocar novas propostas em discussão, uma delas seria reestruturação do nosso Regimento Interno, que hoje, já se torna obsoleto e nos impede de avançar, ampliando nosso raio de ação. Desde 2008, estamos lutando para que tenhamos condições de oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu*, como também, pretendemos oferecer o Curso de Mestrado Profissional na Área da Deficiência da Visão. Entretanto, nosso Regimento atual nos impede. Somos uma Instituição de ensino fundamental, embora sustentemos cursos de excelência na área da deficiência visual, desde 1947.

Para que possamos alargar nossos macroprocessos finalísticos é imprescindível criarmos o Departamento de Capacitação e Pesquisa – DCP, que, desde 2012 encontra-se em análise na Secretaria Executiva do Ministério da Educação. Sem a reestruturação do nosso Regimento Interno, que ampliará nossas competências, ficamos estagnados em nossas ações, fato que nos impede promover determinados cursos, contando apenas com parcerias provindas de Instituições que ora cancelam nossos cursos.

Com a expansão de nossas competências pedagógicas poderemos criar cursos de especialização *lato sensu e strictu sensu* e cursos técnico profissionalizantes.

Apesar disso o IBC alcançou a quase totalidade das metas estabelecidas para o ano de 2013.

Na ação Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica, nosso desempenho foi satisfatório. Dentre as ações passamos a destacar algumas, que consideramos de relevância. No Ensino a meta prevista foi superada matriculando 831 alunos. Criação do Projeto de Educação Diferenciada para Alunos com Defasagem/Distorção Idade/Série que atendeu a 16 alunos. A Divisão de Reabilitação, Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional - DRT atendeu a 476 reabilitandos; qualificou 147 reabilitandos, através dos cursos já existentes no IBC e 85 através do Núcleo de Capacitação e Empregabilidade – NUCAPE, em parceria com o SENAC e o Instituto Empreender. Em relação ao mercado de trabalho foram contratados 27 reabilitandos.

Implantação do Curso Técnico em Massoterapia, através do convênio firmado com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ. Foram selecionados, através de processo público seletivo, 40 alunos. Distribuição de 1.000 kits “Cadernos de Pré-leitura”, para os alunos com deficiência visual matriculados na rede regular de ensino. Esse kit beneficia o aluno através da ação docente como também da participação da família no processo de aprendizagem da criança. Ele é constituído de três livros: um para o aluno, um para a família e um para o docente.

Na ação Apoio à Residência em Saúde, 18 residentes mantidos, foram realizados 2.551 procedimentos cirúrgicos, superando a meta estipulada. Em parceria com o Instituto João Ferraz e a FENESG – Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização foram atendidas 390 crianças e 98 adultos, através do Projeto Saúde Ocular, no município de Japeri/RJ.

Os novos servidores (principalmente os docentes) participaram, ao longo do 2º semestre, de diversos cursos de capacitação na área da deficiência visual.

Na área da Pesquisa foram realizados encontros, palestras, grupos de estudo e pesquisa, simpósios, seminários e apresentação de trabalhos de cunho científico na área da deficiência visual, voltados para educação inclusiva, totalizando 97 eventos. Foram atendidos e orientados 206 pesquisadores.

Produção e distribuição de 04 edições da Revista Benjamin Constant. Edição das Revistas Pontinhos e Revista Brasileira para Cegos – RBC: 08 edições cada, no sistema Braille. Essas Revistas são distribuídas para todo o território nacional e países de língua portuguesa.

O IBC firmou convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para produção e distribuição de 60 títulos didáticos e 180 paradidáticos em Braille – Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, para atender aos alunos do 1º ao 3º anos do ensino fundamental, matriculados na rede pública de todo o país.

Nos macroprocessos finalísticos foram divulgados e promovidos pela DCRH cursos de capacitação e 132 servidores participaram.

A ação Assistência Médica aos servidores e empregados – Exames Periódicos - foi implantada com a contratação de uma empresa especializada. A periodicidade é de acordo com a faixa etária do servidor. Firmamos Termo de Cooperação Técnica com o Núcleo Estadual no Rio de Janeiro do Ministério da Saúde, visando à implantação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS.

A Comissão de Acessibilidade orienta a Coordenação de Manutenção do IBC na adequação dos espaços do IBC, presta consultoria às instituições públicas e privadas que nos procuram; ministra cursos e palestras, participa de eventos, promove, junto aos funcionários terceirizados do IBC, sensibilização no atendimento da pessoa com deficiência visual.

Criação da Comissão de Áudio-descrição para auxiliar na comunicação e acessibilidade da pessoa com deficiência visual. Realiza ações internas, promove cursos e presta consultorias.

Além disso, todas as licitações realizadas pelo IBC observaram critérios ambientais e de sustentabilidade. O descarte de 1.800 lâmpadas fluorescentes foi feito com uma empresa de reciclagem que emitiu um Certificado informando que foi feita a descontaminação das lâmpadas, com a recuperação do mercúrio (Hg) em seu estado líquido elementar e, após análise, encaminhados para a reciclagem para a devida reutilização com fins industriais.

As principais dificuldades encontradas pela UJ para a realização de suas metas no exercício ainda é, sem dúvida, a falta de recursos humanos, em algumas áreas. O Concurso realizado não contemplou todos os cargos solicitados. Nos últimos anos houve um aumento considerável de matrículas de crianças que apresentam síndromes que necessitam de atendimento especializado, por isso, vimo-nos obrigados a recorrer à terceirização. São carreiras que não compõem o nosso quadro efetivo, mas que são fundamentais para o desenvolvimento dos nossos alunos.

Apresentamos as justificativas para o não fornecimento de informações correspondentes aos itens, subitens e quadros relacionados conforme a nomenclatura da Portaria – TCU nº 175, de 09 de julho de 2013, PARTE A.

Item 1 – subitem 1.1.2 e quadro A.1.1.2 correspondente ao Relatório de Gestão Consolidado, subitem 1.1.3 e o quadro A.1.1.3 correspondem ao Relatório de Gestão Agregado e o subitem 1.1.4 e o quadro A.1.1.4 correspondem ao Relatório de Gestão Agregado e Consolidado. O IBC não possui Unidades Orçamentárias e ou Unidades Gestoras agregadas e ou vinculadas, por isso, responde apenas ao Relatório de Gestão Individual;

Item 2.2 – programação orçamentária e financeira e resultados alcançados subitem 2.1.1 e quadro A. 2.2.1 programa temático, subitem 2.2.2 e o quadro A.2.2.2 – objetivo, subitem 2.2.3.1 e o quadro A. 2.2.3.1 – ação/subtítulo, subitem 2.2.3.4 e o quadro A.2.2.3.4 – ações do orçamento de investimento. Os subitens e quadros acima informados não foram respondidos pelo fato do IBC não ter sob a sua responsabilidade a gestão de programas, objetivos e iniciativas, tendo apenas sob sua responsabilidade a gestão de ações de programas temáticos, bem como o subitem 2.2.3.3 e o quadro 2.2.3.3 por não existirem restos a pagar não processados de ações não previstas na LOA 2013;

Item 3 – o subitem 3.3 referente às informações acerca da remuneração paga a administradores, 3.3.1 – política de remuneração dos membros da diretoria estatutária e dos conselhos de administração e fiscal, 3.3.2 – demonstrativo da remuneração mensal de membros de conselhos,

3.3.3 – demonstrativo sintético da remuneração de membros de diretoria e de conselhos, 3.3.4 – demonstrativo da remuneração variável dos administradores e os quadros A.3.3.2, A.3.3.3, A.3.3.4, pois a natureza jurídica desta unidade é de órgão público federal da administração direta, assim, não cabe pagar administradores, membros de diretorias e de conselhos, por isso se justifica o IBC não apresentar os subitens e seus respectivos quadros mencionados acima;

Em relação aos itens 4.1.3.2 e 4.1.3.4 e os quadros 4.1.2.1, 4.1.3.2 e 4.1.3.4, informamos que não foram preenchidos devido à estrutura orçamentária do IBC no SIAFI ser centralizada, portanto, o IBC é uma única unidade gestora e por esse motivo não há descentralizações internas;

Item 4.2 e subitem 4.2.1. – reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos e de seu quadro A.4.2, como todos os passivos, reconhecidos pelo IBC, tem origem tanto na execução dos créditos orçamentários consignados na LOA, portanto, não houve, no exercício de 2013, reconhecimento de passivos em decorrência da insuficiência de créditos ou recursos, resultando assim o não preenchimento dos subitens e quadros mencionados;

Item 4.5 – Suprimento de Fundos e os seus subitens (4.5.1 a 4.5.4) e seus quadros (A.4.5.1 a A.4.5.4) que trata de despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por Meio de Cartão de Crédito Corporativo, não foram preenchidos, uma vez que, o IBC não utilizou tais despesas neste exercício de 2013;

Subitem 4.6 e os seus subitens (4.6.1 a 4.6.2) e quadros (A.4.6.1.1 até A.4.6.2.11) – renúncias tributárias sob a gestão desta Unidade, não se aplica, uma vez que o IBC não é responsável pela gestão de renúncias tributárias;

Quanto ao item 6.2.3 e o quadro A.6.2.3 – imóveis funcionais sob a responsabilidade da UJ foram formalizados processos, via Procuradoria Jurídica da União e entregues a Secretaria do Patrimônio da União – SPU.

Quadro A.6.3 – não se aplica ao IBC.

Item 9, Quadros A.9.1.2, A.9.2.1 e A.9.2.2 – No ano de 2013 não tivemos pendências e nem recomendações a cumprir. Quadro A.9.5 – Não houve no IBC medida administrativa por dano ao Erário em 2013.

1 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 00244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa: Instituto Benjamin Constant				
Denominação abreviada: IBC				
Código SIORG: 00251		Código LOA 26105		Código SIAFI 152004
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00394.445/0272-12	
Principal Atividade: Ensino Fundamental Especializado			Código CNAE: Grupo 8513-9/00	
Telefones/Fax de contato:	(021) 3478-4440	(021) 3478-4442	(021) 3478-4438	Fax :(021) 3478-4444
Endereço eletrônico: dirgeral@ibc.gov.br				
Página da Internet: http://www.ibc.gov.br				
Endereço Postal: Avenida Pasteur, Nº 350/368 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ - CEP: 22290-240				
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada Decreto Imperial nº 1428 de 12 de setembro de 1854, com denominação dada pelo Decreto nº 1320 de 24 de janeiro de 1891.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada Portaria nº 325 de 17 de abril de 1998 – Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant Publicação no DOU do Regimento Interno: 22 de abril de 1998				
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada Não houve				
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI		Nome		
Não se aplica à natureza da UJ		Não se aplica à natureza da UJ		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI		Nome		
Não se aplica à natureza da UJ		Não se aplica à natureza da UJ		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora			Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica à natureza da UJ			Não se aplica à natureza da UJ	

1.2 – Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Instituto Benjamin Constant - IBC, criado em 1854 com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos, é hoje órgão específico singular da Administração Federal Direta, dotado de autonomia limitada e Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual, vinculado ao Ministério da Educação, subordinado à Secretaria Executiva e, tem por finalidades essenciais: educação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência da visão, a capacitação de recursos humanos nas áreas: pedagógica, reabilitacional e médico-oftalmológica, o desenvolvimento de estudos e pesquisas, a construção e a difusão do conhecimento, o apoio técnico ao sistema de ensino em âmbito nacional, a instrumentalização para a integração social, a preparação da pessoa portadora de deficiência visual para o trabalho e a prevenção às causas da cegueira.

Regimentalmente o Instituto Benjamin Constant, através dos parâmetros expressos na Portaria Ministerial nº 325, de 17 de abril de 1998, tem as seguintes competências:

I - subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação Especial na área da deficiência visual;

II - promover a educação de deficientes visuais, mediante sua manutenção como órgão de educação fundamental, visando garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de pessoas cegas e de visão reduzida, bem como desenvolver experiências no campo pedagógico, da área da deficiência visual;

III - promover e realizar programas de capacitação de recursos humanos na área da deficiência visual;

IV - promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nos campos pedagógicos, psicossocial, oftalmológico, de prevenção das causas da cegueira e de integração e reintegração à comunidade de pessoas cegas e de visão reduzida;

V - promover programas de divulgação e intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações tecnológicas na área de atendimento às pessoas cegas e de visão reduzida;

VI - elaborar e produzir material didático-pedagógico e especializado para a vida diária de pessoas cegas e de visão reduzida;

VII - apoiar, técnica e financeiramente, os sistemas de ensino e as instituições que atuam na área da deficiência visual, em articulação com a Secretaria de Educação Especial - SEESP;

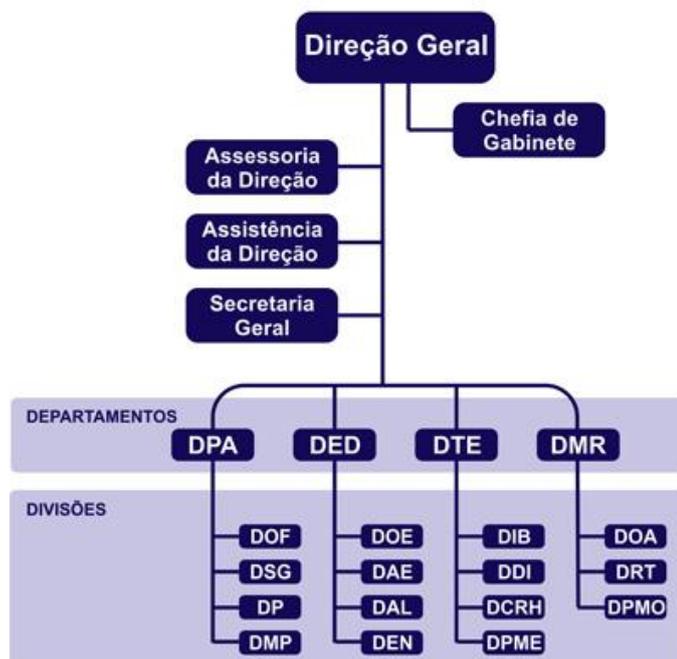
VIII - promover desenvolvimento pedagógico, visando o aprimoramento e a atualização de recursos instrucionais;

IX - desenvolver programas de reabilitação, pesquisas de mercado de trabalho e de promoção de encaminhamento profissional visando possibilitar, às pessoas cegas e de visão reduzida, o pleno exercício da cidadania;

X - atuar de forma permanente junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, visando o resgate da imagem social das pessoas cegas e de visão reduzida.

Estas competências, ditadas por seu regimento interno, estão em perfeita consonância com as necessidades atuais e sua vocação histórica, e, em síntese, tornam o Instituto Benjamin Constant uma força viva na formulação da política nacional de Educação Especial na área da deficiência visual no apoio técnico prestado em todas as unidades da Federação.

1.3 – Organograma Funcional



LEGENDA:

DPA - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

DOF - Divisão de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira

DSG - Divisão de Serviços Gerais

DP - Divisão de Pessoal

DMP - Divisão de Material e Patrimônio

DED - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

DEN - Divisão de Ensino

DAE - Divisão de Assistência ao Educando

DAL - Divisão de Atividades Culturais e de Lazer

DOE - Divisão de Orientação Educacional, Psicológica e Fonaudiológica

DTE - DEPARTAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO

DIB - Divisão de Imprensa Braille

DDI - Divisão de Pesquisa, Documentação e Informação

DCRH - Divisão de Capacitação de Recursos Humanos

DPME - Divisão de Produção de Material Especializado

DMR - DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS MÉDICAS E DE REABILITAÇÃO

DPMO - Divisão de Pesquisas Médicas, Oftalmológicas e de Nutrição

DRT - Divisão de Reabilitação, Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional

DOA - Divisão de Orientação e Acompanhamento

Ao Departamento de Planejamento e Administração, através de suas Divisões, compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades nas áreas de planejamento, de orçamento e finanças, de licitação, de pessoal, de serviços gerais, de manutenção e de administração de material e patrimônio, bem como promover a integração entre os Departamentos da Instituição.

Ao Departamento de Educação, através de suas Divisões, compete planejar, coordenar, orientar, supervisionar e avaliar a execução das atividades promovendo a integração entre os setores do Instituto e Instituições Educacionais públicas ou privadas, com vista à expansão das atividades técnico-educacionais, na área da deficiência visual.

Ao Departamento Técnico Especializado, através de suas Divisões, compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades técnicas de pesquisa, de produção de material especializado, de documentação e de informação (através da produção e distribuição de periódicos de natureza técnico-científica), de capacitação de recursos humanos visando à promoção e o desenvolvimento de métodos e técnicas inovadoras no atendimento das pessoas com deficiência visual, deficiência múltipla, transtornos globais de desenvolvimento e surdocegueira.

Ao Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação, através de suas Divisões, compete planejar, coordenar, orientar, supervisionar, avaliar e promover a execução das atividades médico-odontológicas, de enfermagem e nutricionais, voltadas ao processo ensino-aprendizagem; prevenção das causas da cegueira (residência médica); atendimentos em reabilitação terapêutica, preparação para o trabalho, encaminhamento e acompanhamento profissional da pessoa com deficiência visual e surdocega.

1.4 – Macroprocessos Finalísticos

Abaixo os principais macroprocessos finalísticos do IBC, cujo objetivo é ampliar e adequar, em âmbito nacional, as possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para deficientes visuais, buscando através de formação de recursos humanos, de estudos e pesquisas, de campanhas de prevenção às causas da cegueira e de atendimento ambulatorial e cirúrgico, a diminuição da incidência de deficiência visual na população brasileira.

1 – Ensino

- Processos de ensino aprendizagem: estimulação precoce; educação infantil; ensino fundamental (1ª e 2ª fases);
- Curso técnico em massoterapia;
- Promoção e integração das diferentes áreas do conhecimento no desenvolvimento de cursos de formação;
- Melhoria da qualidade da gestão de ensino, desde a estimulação precoce ao nono ano do ensino fundamental;
- Desenvolvimento, aperfeiçoamento e implantação de projetos pedagógicos;
- Promoção de formas alternativas de ensino;
- Promoção de atividades de reabilitação de jovens e adultos com deficiência visual e surdocegueira;
- Promoção de ações de preparação para o trabalho e encaminhamento profissional da pessoa com deficiência visual e surdocegueira;
- Qualificação dos professores, a nível nacional, nas áreas voltadas ao atendimento da pessoa com deficiência visual.

2 – Pesquisa e Pós-Graduação

- Apoio às atividades de pesquisa para manutenção de programas, projetos e grupos de pesquisa;
- Especialização na área educacional (pós-graduação *lato sensu*);
- Especialização na área oftalmológica (residência médica);

- Incentivo ao desenvolvimento de redes de pesquisa;
- Produção e divulgação de estudos e pesquisas científicas, na área da deficiência visual;
- Disseminação da cultura e busca de registro de patentes;
- Implementação de programas de avaliação da pesquisa e divulgação da produção científica.

1.5 – Macroprocessos de Apoio

O Instituto Benjamin Constant tem utilizado a gestão de pessoas, o orçamento, a execução orçamentária e financeira como instrumentos gerenciais capazes de orientar e subsidiar a administração na tomada de decisão.

1 – Gestão de Pessoas

- Avaliar o planejamento da carreira e capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo buscando aprimorar o desenvolvimento profissional e as condições de trabalho dos servidores;
- Coordenar os trabalhos de desenvolvimento de ações preventivas e de assistência ao servidor referente à saúde e segurança do trabalho;
- Coordenar processos de seleção e concursos.

2 – Gestão Administrativa e Orçamentária

- Priorização dos recursos orçamentários e financeiros às atividades que possibilitem a sustentabilidade do ensino, pesquisa, serviço médico e desenvolvimento de materiais adaptados, prestação de serviços de manutenção;
- Racionalização e acompanhamento rígido dos gastos com custeio evitando-se o desperdício de recursos;
- Desenvolvimento de parcerias com instituições públicas e privadas visando à maximização de resultados e diminuição de custos;
- Priorização dos projetos e atividades conforme disponibilidade orçamentária.

1.6 – Principais Parceiros

Missão: Educar, Reabilitar e Profissionalizar a Pessoa Deficiente Visual	
Parceiros	Descrição
Colégio Pedro II	Promover a continuidade escolar no Colégio Pedro II para estudantes com deficiência visual concluintes do Ensino Fundamental e encaminhados pelo Instituto Benjamin Constant.
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	Promover a produção e distribuição de 60 títulos didáticos e 180 títulos paradidáticos, em Braille do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD para alunos do Ensino Fundamental.
Instituto Empreender/Enterjovem	Promover a empregabilidade e melhores condições de acesso ao mercado de trabalho para jovens e adultos.
SENAC RIO	Cursos de qualificação e requalificação profissional visando dar condições de acesso ao mercado de trabalho formal.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ	Desenvolvimento de projetos de pesquisa e ensino Curso Técnico de Massoterapia
FAETEC/ISERJ	Oferecer Curso de pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Letramento e Alfabetização da Criança Cega ou com Baixa Visão potencializando a formação de professores que já atuam ou tenham intenção de atuar no seguimento da educação infantil ao 1º ano do ensino fundamental.

2 – PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 – Planejamento da Unidade

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do IBC encontra-se em fase de reestruturação, observando as demandas internas e externas, buscando a melhoria do processo educacional, reabilitacional, social e humano do público alvo atendido por nossa Instituição. A diversidade de competências, inserida no Regimento Interno, faz com que tenhamos um largo raio de ação, que vai desde o atendimento à Estimulação Precoce, da educação infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, passa pela prevenção às causas da cegueira, viabiliza a produção de conhecimento, dissemina métodos e técnicas de ensino, produz impressos em Braille e em tipos ampliados, capacita profissionais na área da deficiência da visão, presta assessoria tecnicopedagógica, entre muitos outros atendimentos e serviços. Através do PDI, temos o desenho do perfil de uma instituição multifacetada cujo pioneirismo, em várias áreas, proporciona a inclusão da pessoa com deficiência visual no Sistema Educacional Brasileiro, tornando-o uma referência nas questões concernentes à deficiência visual.

O Instituto Benjamin Constant guarda em si a história da Educação Especial em nosso país. Sua relevância não está circunscrita ao município do Rio de Janeiro, mas tem reconhecimento nacional e internacional.

Para atender os desejos e necessidades da sociedade, que, cada vez mais, tornam-se competitivos e tecnológicos, este Plano contém propostas de ampliação e faz projeções que poderão cobrir as várias possibilidades apontadas no conjunto das ideias desenvolvidas neste planejamento.

Através da Portaria MPOG nº 450 de 18/09/2012 o Instituto Benjamin Constant pode realizar Concurso Público para provimento de 33 cargos efetivos de docentes e técnico-administrativos, assim distribuídos: 10 cargos de Assistente de Alunos; 09 cargos de Assistente em Administração; 01 cargo de Técnico em Tecnologia da Informação; 02 cargos de Técnico em Contabilidade; 06 cargos de Técnico em Enfermagem; 01 cargo de Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais; 01 cargo de Analista de Tecnologia da Informação; 01 cargo de Assistente Social; 01 cargo de Enfermeiro; 02 cargos de Médico – área Oftalmologia; 01 cargo de Odontólogo; 02 cargos de Psicólogo; 01 cargo de Fonoaudiólogo. Todos já nomeados e em exercício.

Em 26/09/2013, através da Portaria nº 344 o MPOG autorizou o provimento de mais 67 cargos de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e 10 cargos de Técnico-Administrativo em Educação. Desse total foram convocados 57 Professores que aguardam nomeação.

Novo Concurso será realizado para provimento de 10 cargos de Professor, nas áreas de surdocegueira (2), deficiência múltipla (3), artes cênicas (1) e informática educacional (4) e 01 cargo de Administrador de Edifícios; 04 cargos de Auxiliar de Biblioteca e 05 cargos de Auxiliar em Assuntos Educacionais, totalizando os 10 cargos nível C.

A ampliação do quadro de servidores possibilitará a expansão e melhoria da qualidade dos atendimentos e serviços oferecidos pela Instituição, propiciando à pessoa com deficiência visual a conquista da cidadania, o respeito da sociedade e a sua inclusão no mundo do trabalho.

- a) **MISSÃO:** Educar, reabilitar e profissionalizar a pessoa portadora de deficiência visual, em âmbito nacional, buscando dar condições plenas e iguais de um efetivo exercício da cidadania.
- b) **VISÃO:** Exercer e ampliar suas finalidades enquanto Centro de Referência Nacional nas questões vinculadas à deficiência visual, buscando atuar cada vez mais na produção e difusão do conhecimento, na capacitação de recursos humanos e no apoio técnico prestado em âmbito nacional.
- c) **OBJETIVOS:**
- Ampliar e adequar, em âmbito nacional, as possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para pessoas portadoras de deficiência visual.
 - Buscar, através de campanhas institucionais, formação de recursos humanos, estudos e pesquisas, prevenção às causas da cegueira e atendimento ambulatorial e cirúrgico a diminuição da incidência de deficiência visual na população brasileira.

O plano de atuação elaborado para o exercício de 2013 foi construído baseado nos seguintes objetivos e metas:

- Atingir as metas físicas e financeiras estipuladas no PPA 2012-2015;
- Reestruturar nossas competências regimentais. Continuamos aguardando a aprovação pela Secretaria Executiva do MEC da criação do Departamento de Capacitação e Pesquisa, onde se encontra em análise desde 2012;
- Ampliar as parcerias com Instituições Públicas e Privadas;
- Buscar, através da formação de recursos humanos, de estudos e pesquisas a ampliação e adequação, em âmbito nacional, das possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para pessoas com deficiência visual;
- Buscar, através da formação de recursos humanos, de estudos e pesquisas, de campanhas de prevenção às causas da cegueira e de atendimento ambulatorial e cirúrgico, a diminuição da incidência da deficiência visual na população brasileira;
- Produzir material especializado, impressos em Braille e em tipos ampliados, apoiando o processo educacional e a inclusão da pessoa com deficiência visual em todo território nacional;
- Produzir e distribuir publicações tecnicocientíficas, disseminando o conhecimento na área da deficiência visual, com o objetivo de dar maior qualidade ao atendimento educacional especializado oferecido à pessoa com deficiência visual.

2.2 – Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

2.2.3 – Ações

O IBC não tem gerência sobre o Programa Educação Básica, somente nas ações que estão representadas abaixo:

No ano de 2013 o número de matrículas aumentou o que evidenciou a carência de docentes (a nomeação ocorreu em julho) e profissionais para formação de equipes multidisciplinares, já que recebemos alunos com deficiências múltiplas. Faltam-nos servidores nas áreas técnico-administrativas como: medicina, fisioterapia, terapia ocupacional, musicoterapia, psicomotricidade, psicopedagogia, biblioteconomia, ortóptica, arquitetura, engenharia civil, massoterapia, assistente em administração (no último Concurso foram autorizados 09 cargos), assistente de alunos (no último Concurso foram autorizados 10 cargos), revisor de textos em Braille e transcritor.

Este quadro efetivo reduzido tem nos impedido de atender com maior amplitude nossa Missão Institucional. Há necessidade de termos servidores efetivos desenvolvendo essas atividades que, em alguns casos, estão sendo realizadas através de terceirização ou contratos temporários.

O Instituto Benjamin Constant como Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual, precisa, cada vez mais, atuar e apoiar os mais diversos estabelecimentos de ensino seja público ou privado, para a efetivação de uma inclusão de fato do aluno com deficiência visual em todo o País. Vale ressaltar que o IBC dentro de suas competências regimentais realiza ações de produção e distribuição de material especializado para todo o território Nacional e países de língua portuguesa.

Indicadores

Temos buscado melhorar a consistência dos nossos indicadores, com vistas a garantir a precisão daquilo que se quer avaliar, considerando a especificidade da Instituição. São eles: números de alunos matriculados, evadidos, capacitação de servidores, atendimentos oftalmológicos e ambulatoriais na prevenção da cegueira.

➤ **Índice de Gasto Total**

Objetivo: Quantificar o percentual do total gasto realizado frente ao previsto

Definições: Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados.

Recurso Orçamentário: Considera-se o valor aprovado na LOA para a Ação mais as suplementações ocorridas no exercício.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo recurso Orçamentário.

Fórmula: Índice de Gasto Total =
$$\frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Recurso Orçamentário}}$$

Responsável: Diretora do DPA

➤ **Gasto Corrente por Aluno**

Objetivo: Quantificar os gastos correntes por aluno, em R\$

Definições: Gastos Correntes: Consideram-se todos os gastos realizados em custeio.

Aluno: Número de matrículas efetuadas.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos correntes realizados pelo número de matrículas.

Fórmula: Gastos Correntes por Aluno =
$$\frac{\text{Total de Gastos Correntes em R\$}}{\text{Nº de matrículas efetuadas}}$$

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

➤ **Gasto Total por Aluno**

Objetivo: Quantificar o gasto total por aluno, em R\$

Definições: Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados no exercício.

Aluno: Número de matrículas efetuadas.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo número de matrículas.

Fórmula: Gasto Total por Aluno =
$$\frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Nº de matrículas efetuadas}}$$

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

➤ **Gasto Total por Clientela Atendida**

Objetivo: Quantificar o gasto total por clientela atendida, em R\$

Definições: Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados.

Clientela Atendida: Número de pessoas atendidas, alunos, clientes da Oftalmologia e usuários da biblioteca, pelo Instituto.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo número de pessoas atendidas pelo Instituto.

Fórmula: Gasto Total por Clientela Atendida = $\frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Nº de Pessoas atendidas}}$

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

➤ **Gasto por Ação (valor Orçamentário)**

Objetivo: Comparar o Total de Gastos Realizados na Ação com o recurso previsto na Lei Orçamentária.

Definições: Gasto Total: consideram-se todos os gastos realizados na Ação, em R\$.

Ação: considera-se Ação o detalhamento do Programa, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Recurso Orçamentário: Considera-se o valor aprovado na Lei Orçamentária para as Ações, mais as suplementações ocorridas no exercício, em R\$.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do Total de Gastos Realizados na Ação pelo Recurso Orçamentário previsto na Lei Orçamentária Anual.

Fórmula: Gasto por Ação (valor Orçamentário) = $\frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Recurso Orçamentário}} \times 100$

Responsável: Diretor do DPA

➤ **Gasto por Ação (valor disponibilizado)**

Objetivo: Comparar o total de gastos realizados na Ação com o recurso efetivamente disponibilizado.

Definições: Gasto Total: consideram-se todos os gastos realizados com Ações.

Ação: Considera-se Ação o detalhamento do Programa, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Recurso Disponibilizado: Considera-se o recurso efetivamente liberado para a Ação.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do Total de Gastos Realizados na Ação pelos Recursos Disponibilizados.

Fórmula:

Índice de gasto com Ações (valor disponibilizado) = $\frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{Valor disponibilizado em R\$}} \times 100$

Responsável: Diretor do DPA

➤ **Índice de Atendimento ao Servidor em diversas Áreas de Capacitação**

Objetivo: Quantificar percentualmente a participação de servidores em cursos / eventos / seminários em relação à meta prevista.

Definições: Atendimento ao Servidor: oferecer ao servidor oportunidade de qualificação ou requalificação em diversas áreas.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número de capacitação dos servidores em cursos / eventos /seminários de capacitação pela quantidade prevista.

Fórmula: Índice de Capacitação de Servidores = $\frac{\text{Nº de participações obtidas}}{\text{Quantidade prevista}} \times 100$

Responsável: Diretor do DTE

➤ **Índice de Servidores Capacitados (Geral)**

Objetivo: Evidenciar percentualmente a quantidade de servidores capacitados com o total de servidores do Instituto.

Definições: Servidor Capacitado: total de servidores do Instituto que participaram, de algum curso ou evento ou seminário para sua capacitação.

Total de Servidores: Total de Servidores do Instituto.

Tipo: Eficácia.

Método de cálculo: Divisão do número de servidores capacitados pelo total de servidores do Instituto.

Fórmula: Índice de Servidores Capacitados = $\frac{\text{Nº de servidores capacitados}}{\text{Total de servidores}} \times 100$

Responsável: Diretor do DTE

➤ **Índice de Atendimento Oftalmológico Cirúrgico**

Objetivo: Evidenciar a eficácia do tratamento cirúrgico realizado.

Definições: Realização de cirurgias: total de cirurgias de catarata e de glaucoma realizadas com sucesso pelo Serviço Médico Oftalmológico.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do total de cirurgias de catarata e glaucoma realizadas com sucesso pela quantidade de cirurgias realizadas.

Fórmula: Índice de Atendimento Cirúrgico = $\frac{\text{Nº de cirurgias de glaucoma e catarata realizadas com sucesso}}{\text{Nº de cirurgias de catarata e glaucoma realizadas}} \times 100$

Responsável: Diretor do DMR

➤ **Índice de Atendimento Oftalmológico Ambulatorial**

Objetivo: Evidenciar percentualmente o atendimento oftalmológico ambulatorial prestado aos alunos e à comunidade em relação ao número de consultas previstas.

Definições: Atendimento Oftalmológico Ambulatorial: total de consultas realizadas pelo Departamento Médico.

Quantidade de Consultas Previstas: meta estabelecida, no período, para atendimento aos alunos e à comunidade.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número total de consultas realizadas pela meta estabelecida.

Fórmula: Índice de Atendimento Oftalmológico = $\frac{\text{Nº de Consultas realizadas}}{\text{Nº de consultas previstas}} \times 100$

Responsável: Diretor do DMR

➤ **Índice de Matrículas**

Objetivo: Verificar o grau de realização da ação.

Definições: Matrícula: total de matrículas realizadas.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número total de matrículas efetuadas pela meta estabelecida.

Fórmula: Índice de Matrícula = $\frac{\text{Nº de Alunos Matriculados}}{\text{Quantidade Prevista}} \times 100$

Responsável: Diretores dos Departamentos DED/DMR e GABINETE

➤ **Índice de Evasão**

Objetivo: Quantificar a desistência de alunos da Educação Infantil ao nono ano do Ensino Fundamental.

Definições: Alunos Evadidos: total de alunos que saem do Instituto, por abandono ou por cancelamento de matrícula, sem que tenham concluído o Ensino Fundamental.

Alunos Matriculados: Total de alunos matriculados da Educação Infantil ao nono ano do Ensino Fundamental.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de alunos evadidos pelo total de alunos matriculados.

Fórmula: Índice de Evasão = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos evadidos}}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados}} \times 100$

Responsável: Diretor do DED e GABINETE

➤ **Índice de Aprovação**

Objetivo: Verificar o rendimento dos alunos.

Definições: Alunos Aprovados: total de alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental que apresentaram condições para prosseguimento dos estudos na série seguinte.

Alunos Matriculados: Total de alunos matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de alunos aprovados pelo total de alunos matriculados.

Fórmula: Índice de Aprovação = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos aprovados}}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados}} \times 100$

Responsável: Diretor do DED e GABINETE

Cálculo dos Indicadores

Base de Cálculo: dados do ano de 2013

Índice de Gasto Total = 84,28%

Gasto Total: R\$ 60.705.556,01

Recurso Orçamentário: R\$ 72.023.130,00

Gastos Correntes por Aluno = aluno/ano – R\$ 25.308,26

Gastos Correntes: R\$ 20.854.013,12

Nº de Matrículas: 824

Gasto Total por Aluno = aluno/ano – R\$ 39.972,93

Gasto Total: R\$ 32.937.698,22

Nº de Matrículas: 824

Gasto Total por Clientela Atendida = clientela/ano – R\$ 524,41

Gasto Total: R\$ 32.937.698,22

Clientela Atendida: 824 alunos, 55.565 clientes da Oftalmologia, 5.284 usuários da biblioteca e 1.136 visitantes de Instituições Públicas e Privadas = clientes = 62.809

Gasto com Ações (valor Orçamentário)

Programa 2030 – Educação Básica

Ação 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

123680203020RI0033 – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Indicador: Índice de gasto com Ações: Gasto/Previsto: 69,22%

Gasto Total: R\$ 20.854.013,12

Total de recursos Orçamentários: R\$ 30.125.653,00

Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do MEC**Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação****12128210945720033 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**

Indicador: Índice de gastos com a capacitação de servidores públicos federais no processo de qualificação e requalificação: Gasto / Previsto: **53,52%**

Gasto Total: R\$ 295.040,84

Recurso Orçamentário: R\$ 551.225,00

Programa 2032 – Graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão**Ação 4005 - Apoio a Residência em Saúde****12364203240050033 – Apoio a Residência em Saúde**

Indicador: Índice de gastos com o funcionamento da Residência Médica: Gasto / Previsto: **69,33%**

Gasto Total: R\$ 684.554,71

Recurso Orçamentário: R\$ 987.355,00

Índice de Atendimentos Realizados a Servidores em diversas Áreas de Capacitação = 103,10%

Nº de Atendimentos: 166

Quantidade prevista: 161

Índice de Capacitação de Servidores (Geral) = 66,98%

Nº de servidores capacitados em algum curso / evento / seminário: 142

Total de servidores do Instituto: 212

Índice de Atendimento Oftalmológico Cirúrgico = 84,00%

Nº de cirurgias de glaucoma e catarata realizadas com sucesso = $296 + 1.322 = 1.618$

Nº de cirurgias de glaucoma e catarata realizadas = $384 + 1.537 = 1.921$

Índice de Atendimento Oftalmológico Ambulatorial = 308,69%

Nº de consultas realizadas: 55.565

Nº de consultas previstas: 18.000

Índice de Matrículas = 91,26%

Nº de alunos matriculados: 824

Quantidade prevista: 752

Índice de Evasão = 4,74%

Nº de alunos evadidos: 17

Nº de alunos matriculados: 358

Índice de Aprovação = 80,33%

Nº de alunos aprovados: 143

Nº de alunos matriculados: 178

QUADRO COMPARATIVO DE RESULTADOS DE AÇÃO/PPA NOS ANOS DE 2012 e 2013

Programa	Ação	Indicadores Associados	2012	2013
2030 Educação Básica	20RI Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	Gasto com Ação	79,2%	69,22%
		Índice de Matrículas	114,9%	91,26%
		Índice de Evasão	5,7%	4,74%
		Índice de Aprovação	61,6%	80,33%
2109 Programa de Gestão e Manutenção do MEC	4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Gasto com Ação	61,17%	53,52%
		Índice de Atendimento ao servidor em diversas áreas de capacitação	84,3%	103,10%
		Índice de capacitação de servidores	44%	66,98%
2032 Educação Superior - Graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão	4005 Apoio à Residência em Saúde	Gasto com Ação	75,6%	69,33%
		Índice de Atendimento oftalmológico ambulatorial	140,9%	308,69%
		Índice de Atendimento Cirúrgico	81,9%	84,00%

ANÁLISE DO DESEMPENHO

O quadro comparativo acima evidencia um melhor desempenho nas ações institucionais, apesar do ainda reduzido quadro efetivo de servidores. A ausência de servidores qualificados, como já informado, dificulta a ampliação de nossos atendimentos. Continuaremos solicitando a criação de novos cargos, através de Concurso Público.

Nossos gastos foram menores do que no ano de 2011 e os índices apresentaram resultados acima do esperado.

Nossos servidores e funcionários têm envidado esforços para melhorar os serviços oferecidos pelo Instituto Benjamin Constant seja na educação e reabilitação de nossos alunos, seja na capacitação e assessoria técnica de profissionais para o atendimento aos alunos deficientes visuais de todo Brasil, seja na produção, disseminação e distribuição de material técnico pedagógico especializado, seja na prevenção a cegueira que, através de parcerias, beneficia comunidades carentes levando atendimento ambulatorial e, quando necessário, realizando procedimentos cirúrgicos, na área oftalmológica.

Diante do exposto, faz-se necessário o apoio governamental a nossa Instituição que é Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual para que a cada dia ofereçamos um serviço de qualidade, em prol da clientela atendida.

Continuaremos a investir na capacitação de nossos servidores incentivando-os a participar de cursos e eventos, visando uma melhor qualificação de suas atividades profissionais e pessoais.

Continuaremos buscando junto ao Ministério da Educação a aprovação de um novo Regimento Interno, cujo objetivo é a ampliação das nossas competências, propiciando a criação de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Strictu Sensu*, Mestrado Profissional; propiciar aos profissionais ligados à área da educação um campo de pesquisas pedagógicas, de criação e aplicação de metodologias e de testes de material didático especializado em todos os níveis de ensino, atendendo aos novos rumos educacionais previstos pelo Ministério da Educação.

2.2.3.2 - Ações/Subtítulos – OFSS

QUADRO A. 2.2.3.2 - AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20RI – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - Tipo: Atividade						
Descrição	Manutenção das instituições por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento da educação básica nas instituições federais de ensino, inclusive Colégio Pedro II, Instituto Nacional de Educação de Surdos e Instituto Benjamin Constant, de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades dos alunos dessas instituições, dentre outras. Assistência ao educando; aquisição, elaboração, produção e distribuição de material didático-pedagógico e especializado; aquisição de material de consumo e permanente; elaboração de processos para a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas; atividades de capacitação de servidores em geral, envolvendo diárias, passagens, realização e participação em eventos, investimentos em obras e instalações, ampliação, reforma e adaptação, observados os limites da legislação vigente.						
Iniciativa	02BY - Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino						
Objetivo	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados. Código: 0598						
Programa	Educação Básica	Código: 2030			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26105 – Instituto Benjamin Constant						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	24.744.854,00	30.125.653,00	20.854.013,12	15.681.895,37	14.391.048,57	142,47	5.172.117,75
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	Aluno Matriculado		Unidade	752	831	831	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	5.766.791,97	4.260.570,59	3.664,80	Aluno Matriculado	Unidade	831	

Identificação da Ação						
Código	4005 – Apoio à Residência em Saúde – Tipo: Atividade					
Descrição	Desenvolvimento dos programas de Residência Médica e de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde vinculados às Instituições Federais de Ensino Superior, por meio de oferta de bolsas aos residentes. Todos os programas devem ser credenciados e avaliados pelas respectivas Comissões Nacionais de Residência Médica (CNRM) e Multiprofissional em Saúde (CNRMS), e os residentes selecionados por meio de edital público, conforme a legislação vigente. Proporcionar aos profissionais da saúde, por meio de treinamento em serviços credenciados, melhor qualificação nas várias especialidades médicas e suas áreas de atuação, visando à melhoria no atendimento médico à população.					
Iniciativa	Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência Médica em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.					

Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 03GE						
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós – Graduação, Ensino e Extensão Código: 2032 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26105 – Instituto Benjamin Constant						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	794.985,00	987.355,00	684.554,71	684.554,71	684.554,71	0	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	Residente Mantido		Unidade	18	18	18	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

Identificação da Ação							
Código	2004- Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.(PO:0001) – e Exames Periódicos(PO:0002) - Tipo: Atividade						
Descrição	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação - Código: 2109 Tipo: Gestão						
Unidade Orçamentária	26105 – Instituto Benjamin Constant						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033-PO:0001	372.000,00	433.300,00	399.402,33	399.402,33	399.402,33	0	0
0033-PO:0002	26.526,00	26.526,00	26.526,00	26.526,00	23.669,27	0	2.856,73
Total	398.526,00	459.826,00	425.928,33	423.071,60	423.071,60	0	2.856,73
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	Pessoa Beneficiada		Unidade	326	335	335	
	Pessoa Beneficiada		Unidade	147	091	091	

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0

Identificação da Ação							
Código	2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Tipo: Atividade						
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação - Código: 2109 - Tipo: Gestão						
Unidade Orçamentária	26105 – Instituto Benjamin Constant						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	7.200,00	13.670,00	12.308,99	12.308,99	12.308,99	0	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
	Criança Atendida	Unidade	07	13	13		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

Identificação da Ação							
Código	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Tipo: Atividade						
Descrição	Pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação - Código: 2109 - Tipo: Gestão						
Unidade Orçamentária	26105 – Instituto Benjamin Constant						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
033	252.000,00	252.000,00	215.029,18	215.029,18	215.029,18	0	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	Pessoa Beneficiada		Unidade	117	117	117	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

Identificação da Ação							
Código	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Tipo: Atividade						
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores, militares e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório, benefício que será pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação - Código: 2109 - Tipo: Gestão						
Unidade Orçamentária	26105 – Instituto Benjamin Constant						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	672.000,00	910.700,00	882.545,93	882.545,93	882.545,93	0	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	Pessoa Beneficiada		Unidade	184	221	221	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

Identificação da Ação	
Código	4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Tipo: Atividade
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Iniciativa	
Objetivo	Código:

Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação - Código: 2109 - Tipo: Gestão						
Unidade Orçamentária	26105 – Instituto Benjamin Constant						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	367.600,00	551.225,00	295.040,84	159.003,56	159.003,58	0	136.037,26
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	Servidor Capacitado		Unidade	161	169	169	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	101.424,59	17.792,08	0	Servidor Capacitado	Unidade	28	

Identificação da Ação							
Código	20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União - Tipo: Atividade						
Descrição	Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação - Código: 2109 - Tipo: Gestão						
Unidade Orçamentária	26105 – Instituto Benjamin Constant						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	10.066.648,00	12.496.472,00	12.083.685,10	12.083.685,10	12.059.127,98	24.557,12	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

Identificação da Ação							
Código	09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Tipo: Operações Especiais						
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8.º da Lei n.º 10.887, de 18 de junho de 2004.						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação - Código: 2109						

Tipo: Gestão							
Unidade Orçamentária	26105 – Instituto Benjamin Constant						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	1.933.329,00	2.394.269,00	2.280.656,15	2.280.656,15	2.280.656,15	0	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

Identificação da Ação							
Código	0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis - Tipo: Operações Especiais						
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus dependentes.						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União - Código: 0089 - Tipo: Operações Especiais						
Unidade Orçamentária	26105 – Instituto Benjamin Constant						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	21.230.360,00	23.813.960,00	23.625.695,45	23.625.695,45	23.560.216,01	65.479,44	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	75.905,94	75.905,94	0	Aposentado Atendido	Unidade	431	

Identificação da Ação							
Código	0716 – Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendo - Tipo: Operações Especiais						
Descrição							
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais - Código: 0901 - Tipo: Operações Especiais						
Unidade Orçamentária	26105 – Instituto Benjamin Constant						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						

Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	18.000,00	18.000,00	10.848,00	10.848,00	10.848,00	0	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

3 – ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 – Estrutura de Governança

Na estrutura regimental do Ministério da Educação, Decreto 7690/12, Anexo I, capítulo II, art. 2º, inciso II, letra g define o Instituto Benjamin Constant como órgão específico singular da administração direta. O Regimento Interno do IBC, no Capítulo VI, artigos 29, 30, 31, 32 e 33 define a composição e regulamenta as atribuições do Conselho Diretor, sendo esta a única estrutura de governança da Instituição.

3.2 – Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.2 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	X				
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças	X				

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	X				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Considerações Gerais: O Instituto Benjamin Constant pratica o seu controle interno através de reuniões com os Diretores dos Departamentos e mensalmente convoca o Conselho Diretor para deliberarem sobre questões ligadas ao bom desempenho do IBC. Até o momento não foi possível implantarmos efetivamente um sistema de controle interno, apesar de termos constituído uma Comissão de Auditoria Interna em 2012. A Comissão foi destituída, a pedido, no início de 2013. Temos consciência da necessidade de criarmos mecanismos de controles que apontariam nossos gargalos e proporiam soluções para melhoria do nosso desempenho a fim de cumprirmos os objetivos e metas do Plano de Desenvolvimento Institucional do IBC.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

3.4 – Sistema de Correição

3.4 – Sistema de Correição



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL



DECLARAÇÃO

Declaramos que no exercício de 2013 não instauramos Comissões de Inquérito em Processos Administrativos Disciplinares com intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2014.

A handwritten signature in blue ink, reading 'Maria Odete Santos Duarte'.

Maria Odete Santos Duarte
Diretora-Geral
Instituto Benjamin Constant

Instituto Benjamin Constant – Av. Pasteur, 350/368 – Urca
Rio de Janeiro/RJ – Cep: 22290-240
Tel: (21) 3478-4442 Fax: (21) 3478-4444

4 - PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 – Execução das despesas

4.1.1 – Programação

QUADRO A.4.1.1 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária :		Código UO: 26105		UGO: 152004		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes				
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes		
DOTAÇÃO INICIAL		33.230.337,00	0	23.070.845,00		
CRÉDITOS	Suplementares	5.474.364,00	0	3.456.105,00		
	Especiais	Abertos	0	0	0	
		Reabertos	0	0	0	
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	
		Reabertos	0	0	0	
	Créditos Cancelados		0	0	0	
Outras Operações		0	0	426.317,89		
Dotação final 2013 (A)		38.704.701,00	0	26.953.267,89		
Dotação final 2012(B)		35.306.088,29	0	23.080.973,41		
Varição (A/B-1)*100		9,62	0	16,77		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência	
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL		4.204.320,00	0	0	0	
CRÉDITOS	Suplementares	2.587.159,00	0	0	0	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0
		Reabertos	1.401.440,00	0	0	0
	Créditos Cancelados		1.401.440,00	0	0	0
Outras Operações		105.000,00	0	0	0	
Dotação final 2013 (A)		6.896.479,00	0	0	0	
Dotação final 2012(B)		5.827.898,00	0	0	0	
Varição (A/B-1)*100		18,33	0	0	0	

Os créditos orçamentários de pessoal e encargos sociais evidenciado pela dotação proposta pela UO foi de R\$33.230.337,00 tendo a PLOA e LOA o mesmo registro, e que comprovadamente não foram suficientes para fazer face às despesas durante o exercício, necessitando de um acréscimo, através de créditos suplementares, no valor de R\$5.474.364,00, para que esta unidade pudesse fazer face a tais despesas, correspondendo este acréscimo o percentual de 16,47%.

Comparados com o exercício de 2012, houve um acréscimo de 91,21%, para o exercício de 2013, porém, durante a execução do exercício de 2012, o valor de R\$34.997.946,00, também não foram suficientes havendo necessidade de crédito suplementar no valor de R\$308.142,29 que corresponderam ao percentual de 00,88%.

As variações ocorridas entre os exercícios de 2012 e 2013 derivam do aumento no quadro de pessoal, ocorrido no exercício de 2013, de concurso realizado para suprir vagas em diversos cargos do quadro efetivo da Instituição, através da Portaria MPOG n.º 450, de 18 de setembro de 2012, e que foram efetuadas as novas admissões no total de 71(setenta e um) servidores.

Em relação as outras despesas correntes, foi fixado o valor de R\$23.070.845,00 para o exercício de 2013, registrados no LOA e PROA havendo a necessidade de crédito suplementar no valor de R\$3.456.105,00, representando um percentual de 14,98%, para que pudéssemos executar as despesas decorrentes deste exercício.

Houve descentralização de créditos no valor de R\$426.317,89, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para, através do Termo de Cooperação entre IBC e FNDE, fossem realizados os projetos para a produção e distribuição de Livros Didáticos, realizados através da Divisão de Imprensa Braille, para a rede pública em todo o território nacional.

Comparado ao exercício de 2012, que consignava o monte inicial na PROA/LOA de R\$ 21.938.844,00 houve um acréscimo no valor de R\$932.384,00 que representou o percentual de acréscimo de 04,24% do crédito orçamentário para o exercício de 2012, e que em 2012 também houve descentralização de créditos no valor de R\$209.745,51, através do Departamento de Gestão Interna, visando a Implantação de Núcleo de Esporte de Alto Rendimento para Pessoas com Deficiência. Infelizmente não se concretizou devido a dificuldades para elaboração dos projetos e tempo hábil para formalizar o processo.

Despesas de Capital se comparado com o exercício de 2012, houve um acréscimo de 98,70% para o exercício de 2013, havendo ainda uma suplementação no valor de R\$ 2.587.159,00 e o valor de R\$1.401.440,00 foi bloqueado pela SOF/MP e que, comparados ao exercício de 2012, foi executado dando prioridade as necessidades mais urgentes da unidade, o que deixamos de executar foi por motivos de atrasos ocorridos por dificuldades de aprovação dos projetos pelo INEPAC e adequação de novos suprimentos para informática e, também, devido a alta complexidade de máquinas necessárias tanto para o serviço médico como para a imprensa braille.

4.1.2 - Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	153173	152004	12368203020RS0001 12306203087440001	0	0	210.718,02 16.817,57
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	153173	152004	1236820320RS0001	69.800,00	0	0

Houve a descentralização de crédito no exercício de 2013 para ser executado como Termo de Cooperação entre IBC e o FNDE, que compreende os valores de R\$210.718,02 – destinados a aquisição de material de consumo necessário para elaboração de livros didáticos para distribuição, e o valor de R\$69.800,00 – destinados a aquisição de máquinas necessárias para a execução, bem como o valor de R\$16.817,57 – destinados a aquisição de alimentos para distribuição de merenda escolar, e tendo os mesmos sido executados neste exercício de 2013.

4.1.3 - Realização de Despesas

Realização da Despesa com Créditos Originários

QUADRO 4.1.3.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26105		UGO: 152004	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação	11.554.575,54	8.502.914,81	10.403.621,02	8.470.864,74
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0

c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	11.554.575,54	8.502.914,81	10.403.621,02	8.470.864,74
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0
2. Contratações Diretas	4.022.911,49	5.094.058,63	3.883.114,21	5.093.562,26
h) Dispensa	3.231.958,93	4.775.826,30	3.116.352,73	4.775.329,88
i) Inexigibilidade	790.952,56	318.232,38	766.761,48	318.232,38
3. Regime de Execução Especial	0	0	0	0
j) Suprimento de Fundos	0	0	0	0
4. Pagamento de Pessoal	40.411.376,54	35.704.899,37	40.321.244,98	35.715.619,73
k) Pagamento em Folha	37.990.036,70	33.738.866,81	37.900.000,14	33.662.960,87
l) Auxílio - Creche	12.308,99	6.425,80	12.308,99	6.425,80
m) Auxílio - Alimentação	882.545,93	623.519,13	882.545,93	623.519,13
n) Auxílio - Transporte	215.029,18	186.203,79	215.029,18	186.203,79
o) Bolsa Residência Médica	684.554,71	596.443,40	684.554,71	596.443,40
p) Bolsa Estagiários	152.805,88	173.400,01	152.805,88	173.400,01
q) Reembolso Saúde	399.402,33	366.071,00	399.402,33	366.071,00
r) Sentença Judicial Transitada em Julgado	0	13.476,66	0	13.476,66
s) Pensão Indeniz. Oriund. Deb. Period. vinc. Sent. Jud	10.848,00	0	10.848,00	0
t) Auxílio – Natalidade	1.540,07	492,77	1.540,07	492,77
u) Indenização de Transporte – Pessoal Civil	85,00	0	85,00	0
v) Diárias	62.219,75	88.072,90	62.124,75	86.626,30
5. Outros	70.430,49	71.382,31	70.430,49	70.772,48
6. Total (1+2+3+4+5)	56.059.294,06	49.461.328,07	54.678.410,70	49.350.819,21

Nas despesas por modalidade de licitação para contratação dos créditos originários da UJ, se comparado com o exercício de 2012, houve um acréscimo de 73,58%, devido a compromissos já adquiridos no exercício anterior, bem como novas contratações, devido a encerramento de contratos e novas aquisições tanto para materiais de consumo e de bens móveis, através da modalidade de pregão eletrônico.

Na contratação por dispensa de licitação e de inexigibilidade não há como comparar, uma vez que nestas modalidades se enquadram despesas com maiores incidências e de contratações essenciais para a manutenção da unidade, ou seja: luz, gás, água e tratamento de esgoto, bem como serviços de publicações no Diário Oficial da União, serviços de Correios e de firmas que notoriamente somente elas realizam serviços (tanto para conserto como para aquisição) e onde são concedidos contratos de concessões e outros por serem do próprio governo, bem como devemos mencionar que devido ao Projeto Esplanada Sustentável – PES o IBC vem adotando medidas visando maior economia e a procura de materiais como de bens e serviços que contribuam cada vez mais para melhorar a qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício e pela melhoria contínua da gestão dos processos, que no seu valor global, fica evidenciado o percentual de 78,97% a menos que no exercício de 2012.

Quanto à área de pessoal, podemos relevar tal aumento se comparado ao exercício de 2012, pois houve no exercício de 2013, acréscimo de 71(setenta e um) servidores, oriundos de concurso realizado no exercício de 2013 e empossados no segundo semestre de 2013, contra o aumento vegetativo da folha, ocorridos no exercício de 2012, pois não houve novas contratações e que inclusive vinha prejudicando cada vez mais a instituição pois cada vez é menor o número de funcionários, o que conseguimos reduzir, consideravelmente no exercício de 2013, porém ainda não sendo o ideal.

Em relação a diárias houve um decréscimo de 70,64%, devido a muitos cursos terem sido disponibilizados nesta cidade do Rio de Janeiro, o que contribuiu em muito para que pudéssemos capacitar um maior número de servidores, apesar de ter ocorrido somente neste exercício, pois na maioria das vezes, fica a escolha da cidade ao próprio Instituidor do Curso.

3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Podemos verificar que as despesas com pessoal tem maior relevância, pois, sofrem alterações em decorrência de medidas políticas e trabalhistas adotadas pelo governo federal por representarem gastos de maiores valores.

Quanto às despesas correntes podemos observar que se em comparação ao exercício de 2012, não houve aumento considerável, mantendo o patamar somente para suprir as necessidades da unidade, tanto para a aquisição de materiais de consumo, permanente e para contratações, sendo que nesta última estamos mantendo contratos ainda em vigor.

Nas realizações com despesas de capital a unidade adquiriu o necessário. Existem levantamentos a serem realizados para suprir necessidade de aquisições de materiais e renovação de informática bem como também de reparos e obras a serem realizadas, que se encontram ainda em fase de levantamento e de projetos, e que serão executados no exercício de 2014.

4.1.3.5 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação	16.685,61	1.528,96	16.685,61	1.528,96
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	16.685,61	1.528,96	16.685,61	1.528,96
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0
2. Contratações Diretas	4.505,28	0	0	0
h) Dispensa	4.508,28	0	0	0
i) Inexigibilidade	0	0	0	0
3. Regime de Execução Especial	0	0	0	0
j) Suprimento de Fundos	0	0	0	0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0	59.594,74	0	59.490,78
k) Pagamento em Folha	0	58.142,29	0	58.142,29
l) Diárias	0	1.452,45	0	1.348,49
5. Outros	0		0	0
6. Total (1+2+3+4+5)	21.190,89	61.123,70	16.685,61	61.019,74

4.1.3.7 - Análise Crítica da Realização da Despesa

O IBC executou em Termo de Cooperação, com recursos oriundos de descentralizações com o FNDE a edição e impressão de livros didáticos para distribuição na rede pública em todo o território nacional. Apesar do tempo ser curto para a execução, foi utilizado a forma de Pregão Eletrônico, visando a economia, apesar de não podermos comparar com o exercício de 2012, tendo em vista que os créditos oriundos de outros órgãos, foram utilizados em outras formas de aplicação, como pagamento de pessoal e de diárias.

4.3 - Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2013	9.705.003,17	1.353.333,51	600,00	8.351.069,86
2012	8.400.345,36	4.278.834,33	3.664,80	4.117.846,73
2011	2.861.154,98	333.162,14	0	2.527.992,84
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2013	1.402.935,31	1.290.704,40	1.446,60	110.784,31
2012	50.702,92	33.156,25	0	17.546,67
2011	16.100,00	0	0	16.100,00

4.3.1- Análise Crítica

A unidade executou restos a pagar de acordo com o Decreto nº 7.654 de 23/12/2011.

Para o exercício de 2012, bem como para o exercício de 2013, foi observado o estabelecido no Decreto n.º 93.872, de 23/12/1986, em perfeito acordo com que o que diz o artigo 68 e seus parágrafos, assim como foi observado o teor do parágrafo 1º do supramencionado decreto.

Ficando as despesas no qual o credor se compromete a cumprir bem como a de contratos que se encontram ainda em vigor e em face de liquidação.

Havendo comparação de execução nos exercícios de 2011 para o exercício de 2012, referente aos Restos a Pagar não Processados, a sua execução, que comparados houve acréscimo de 34,05%, que apesar de acréscimo do saldo remanescente do exercício de 2011, que ainda se encontravam em fase de execução.

Do exercício de 2012 para o exercício de 2013, ainda em Restos a Pagar não Processados, houve um acréscimo de 86,55%, acréscimo pelo saldo remanescente do exercício de 2012.

Podemos verificar que esta Unidade vem cada vez mais, buscando formas de diminuir e concluir a execução de restos a pagar, que comparados aos exercícios de 2011 para 2012, foram executados o percentual de 128,43% a mais, bem como se comparado pelos exercícios de 2012 para 2013 sua execução foi de 31,62%, ainda em começo de execução.

Em relação do montante de Restos a Pagar Processados, no exercício de 2011 para o exercício de 2012, houve o acréscimo de 314,92%, e para o exercício de 2012 para o exercício de 2013, houve o acréscimo de 276,69%, porém em todos os exercícios mencionados os saldos remanescentes foram acréscimos, sendo assim se compararmos o exercício de 2011 para 2013 obteremos o índice de 688,10%, porém executados de 2012 para 2013 o índice de 389,27%, que podemos identificar que a unidade tem se comprometido no que tange a liquidar tanto os restos a pagar não processados quanto os processados.

4.4 - Transferências de Recursos

4.4.1 - Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE									
CNPJ:				UG/GESTÃO: 153173/15253					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	s/n.º	152004	16.817,57	0	16.817,57	0	04/03/2013	31/12/2013	4
3	676712	152004	210.718,02	0	210.718,02	0	19/11/2013	31/12/2013	4
3	676373	152004	69.800,00	0	69.800,00	0	01/11/2013	31/12/2013	4

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte:

4.4.2 - Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE e Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MEC					
CNPJ:						
UG/GESTÃO:	153173/15253 e 150014/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	03	02	02	297.335,59	2.981,41	2.317,07
Termo de Compromisso						
Totais	03	02	02	297.335,59	2.981,41	2.317,07

Fica evidenciado que esta Unidade tem executado todos os seus compromissos assumidos pelos Termos de Cooperação, alcançando todas as metas de seus programas, bem como os resultados físicos financeiros.

Em relação aos quadros A.4.4.3 e A.4.4.4, que visam a prestação de contas em relação às prestações de contas de convênios e contratos de repasse não houve por parte desta Unidade, uma vez que, como afirmado, esta Unidade executou de formas de Termo de Cooperação, sendo assim, sua prestação de contas é imediata.

5 – Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

5.1 - Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 - Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 – Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADAS EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	209	209	70	6
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	209	209	70	6
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	202	202	70	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	6	6	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	15	3	0	5
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	1	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	225	213	70	11

QUADRO A.5.1.1.2 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADAS EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	1
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	5
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	7

Fonte: SIAPE

Quanto ao item 6, há cinco pessoas na data de referência (31/12/2013) em licença para tratamento da própria saúde.

5.1.2 – Qualificação da Força de Trabalho**5.1.2.1 – Estrutura de Cargos e de Funções****QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	9	9	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	9	9	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	8	0	0

1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções Gratificadas	38	36	7	4
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	30	29	7	3
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	7	6	0	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	47	45	7	4

Fonte: SIAPE E DOU

5.1.2.2 – Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	23	49	31	35	28
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	23	49	29	35	27
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	2	0	1
2. Provimento de Cargo em Comissão	3	6	8	20	7
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		1	1	4	2
2.3. Funções Gratificadas	3	5	7	16	5
3. Totais (1+2)	26	55	39	55	35

Fonte: SIAPE

5.1.2.3 – Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	9	40	26	64	21	6
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	9	40	23	64	21	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	3	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	2	7	15	16	2	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	3	3	1	1
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	2	7	12	13	1	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	11	47	41	80	23	7

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

5.1.3 – Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	7.461.354,87	122438345	747.910,79	154.861,11	464.118,58	691.172,51	9.150,57	299.488,61	42.547,16	1109498765
	2012	5760076,40	1006643,40	630785,19	151258,75	406900,83	594139,68	12524,70	124070,08	39496,95	8725998,91
	2011	5223054,36	1046224,74	616688,16	195773,21	892611,44	629512,42	12846,80	0	0	8616781,13
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	195.197,37	0	0	0	0	0	0	0	0	195.197,37
	2012	284178,39	0	0	0	0	0	0	0	0	284178,39
	2011	373464,81	0	0	0	0	0	0	0	0	373464,81
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	35.997,93	0	0	987,36	4.418,28	0	0	2.198,72	0	43.602,29
	2012	34586,11	0	0	886,82	3788,52	0	0	0	0	39261,15
	2011	34586,11	0	0	886,82	3788,52	0	0	0	0	39261,15
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	1.503.464,52	0	0	0	0	0	0	0	0	1.503.464,52
	2012	1405539,92	0	0	0	0	0	0	0	0	1405539,92
	2011	2339423,78	0	0	0	0	0	0	0	0	2339423,78
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	345.666,54	0	0	0	0	0	0	0	0	345.666,54
	2012	404647,13	0	0	0	0	0	0	0	0	404647,13
	2011	404368,24	0	0	0	0	0	0	0	0	404368,24

Fonte:

5.1.4 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 – Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.5.1.4.1 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	211	3
1.1 Voluntária	197	3
1.2 Compulsória	1	0
1.3 Invalidez	13	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	24	0
2.1 Voluntária	15	0
2.2 Compulsória	2	0
2.3 Invalidez	7	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	235	3

Fonte: SIAPE

5.1.4.2 – Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.4.2 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	142	3
1.1 Integral	131	3
1.2 Proporcional	11	0
2. Em Atividade	46	0
3. Total (1+2)	188	3

Fonte: SIAPE E SISAC

5.1.5 – Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 – Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

QUADRO 5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	64	1	64	1
Concessão de aposentadoria	3	8	3	8
Concessão de pensão civil	3	7	3	6
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0

Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	70	16	70	15

5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU

QUADRO 5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	6	4	6	4
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	6	4	6	4

5.1.5.3 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

QUADRO 5.1.5.3 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	64	0	0
Concessão de aposentadoria	0	3	0	0
Concessão de pensão civil	0	3	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato	0	0	0	0
Total	0	70	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	6	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	6	0	0	0

5.1.5.4 – Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio Físico

QUADRO 5.1.5.4 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões gratuitas ou indenizatórias	0	1	0	1
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	1	0	1

5.2 – Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 – Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO 5.2.1 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Assistente de Alunos	11	22	23	9	0
Transcritor	14	14	13	0	0
Revisor	14	14	11	0	0
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
<p>Desde 2003 a Direção do Instituto Benjamin Constant solicita ao Ministério da Educação autorização de abertura de concurso público para preenchimento e criação de cargos, ora ocupados por funcionários terceirizados. Durante esses anos, foram autorizados alguns concursos tanto para professores quanto para servidores técnico-administrativos. Entretanto o número de vagas disponibilizadas jamais atendeu as necessidades que se faziam cada vez maiores. Acrescente-se ainda, que as vagas autorizadas para os servidores técnico-administrativos ficaram bem abaixo daquelas abertas para os docentes, além de não suprirem, de forma alguma as demandas exigidas pela parte administrativa deste Instituto e nem para cobrir a substituição dos terceirizados.</p> <p>Aposentadorias, falecimentos, vacância motivada por servidores que se submeteram a outros concursos públicos, com remuneração mais vantajosa, provocaram o esvaziamento do quadro e, por conseguinte a manutenção da terceirização. Os vários compromissos assumidos por esta Instituição faziam com que fosse pleiteada a formação de um novo quadro de servidores efetivos já que a especificidade do trabalho executado exige pessoal mais qualificado, cuja permanência traz a possibilidade de planejamentos e programas institucionais terem maior consistência, conferindo a Instituição ações mais decisivas. A oscilação do quadro funcional sempre foi motivo de preocupação. Assim, insiste-se na solicitação.</p> <p>O Concurso realizado em 2013, através da portaria MPOG 450/2012, autorizou o IBC a realizar Concurso Público para o provimento de 71 cargos, sendo 33 docentes e 38 técnico-administrativos, número que não atende a determinação de substituição da terceirização no órgão.</p> <p>A pedido da SETEC/MEC o IBC encaminhou uma planilha com a demanda dos cargos necessários, visando não só a substituição da terceirização como também a ampliação dos cargos já existentes, a fim de que o plano de expansão institucional pudesse lograr êxito.</p> <p>Em 2013 continuamos atendendo ao Ofício-Circular nº 133/2011/SE/CGU-PR, enviando através do Sistema de Transferência de Informações da CGU, o quadro com todos os dados referentes aos terceirizados.</p>					

5.2.2 – Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para substituição de Terceirizados

QUADRO 5.2.2 - AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONA, PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT	84	4/2/2013	10

Fonte: DOU

Obs: Foram substituídos assistente de alunos

5.2.3 – Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A 5.2.3 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Benjamin Constant													
UG/Gestão: 152004/00001						CNPJ: 00.394.445/0272-12							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	10/2008	CROLL EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS LTDA (28.208.528/0001-70)	14/03/2008	13/03/2014	40	40	***	***	***	***	P
2009	V	O	35/2009	ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (03.372.304/0001-78)	28/12/2009	27/12/2014	***	***	20	20	***	***	P

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

5.2.4 – Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO 5.2.4 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Benjamin Constant													
UG/Gestão: 152004/00001						CNPJ: 00.394.445/0272-12							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	12	O	17/2009	MAXIMA LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E SERVIÇOS LTDA (08.144.738/0001-34)	07/10/2009	06/10/2014	**	**	9	9	14	14	P
2009	3	O	19/2009	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	21/10/2009	20/10/2014	**	**	9	9	4	4	P
2009	11	O	32/2009	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIEE (33.661.745/0001-50)	01/12/2009	30/11/2014	**	**	11	11	27	27	P
2011	9	O	22/2011	MRO SERVIÇOS LTDA - EPP (03.539.770/0001-03)	27/06/2011	26/06/2014	26	26	2	2	**	**	P
2012	12	O	13/2012	NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA (29.212.545/0001-43)	19/06/2012	18/06/2014	**	**	52	52	**	**	P
2012	3	O	14/2012	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	15/06/2012	14/06/2014	**	**	**	**	1	1	P

2012	4	O	26/2012	PRESERVA CONSERVAÇÃO SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA (09.186.082/0001-85)	01/08/2012	31/07/2014	21	21	2	2	**	**	P
2012	12	E	28/2012	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	06/09/2012	05/03/2013	**	**	61	61	**	**	E
2012	12	O	29/2012	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	08/10/2012	07/10/2014	**	**	13	13	5	5	P
2013	12	O	39/2013	PH SERVIÇOS ADMINISTRAÇÃO LTDA (06.090.065/0001-51)	03/09/2013	02/09/2014	**	**	73	73	**	**	A

Observação:**LEGENDA****Área:**

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

5.2.5 – ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 5.2.3 3 5.2.4

O Instituto Benjamin Constant é uma Instituição multifacetada: além da escola temos um grande parque gráfico, que atende a todo território nacional; um setor de capacitação, que promove cursos na Instituição para docentes e técnicos da Instituição, bem como para professores de todo País na área da deficiência visual; um Serviço Médico, que atua na área da prevenção da cegueira, inclusive tendo a responsabilidade de supervisionar uma Residência Médica em Oftalmologia, serviço esse reconhecido como referência na área.

Somos classificados como Centro de Referência Nacional na área da deficiência visual. Por força de aposentadorias, mortes, vacâncias, etc., nosso corpo técnico-administrativo vêm sofrendo, através dos anos, consideráveis baixas; alguns de nossos serviços sofrem estrangulamento por falta de pessoal. Outros atendimentos tiveram sua demanda extraordinariamente aumentada; houve, sem dúvida, uma expansão de nossas atividades, o que nos levou a solicitar a criação de cargos, num dos ofícios encaminhados ao MEC.

O número de servidores técnico-administrativos lotados na Instituição é extremamente pequeno. Trabalha-se com terceirização, estagiários e voluntários, fato que nos traz grande desestabilização, pois há sempre o temor da descontinuidade nos atendimentos oferecidos.

Não temos no nosso quadro efetivo os seguintes cargos: farmacêutico, terapeuta ocupacional, musicoterapeuta, psicopedagogo, psicomotricista, fisioterapeuta, ortoptista, médico pediatra, médico clínico geral, arquiteto, engenheiro civil, bibliotecário, transcritor e revisor braille.

O Instituto Benjamin Constant, hoje, funciona com um quantitativo de funcionários terceirizados superior ao número de servidores concursados.

Apesar do quadro reduzido, o IBC vem cumprindo sua missão e atingindo as metas propostas. Isso está sendo possível, pois contamos com a força de trabalho terceirizado.

Para podermos ampliar nossas metas e atender, com a excelência que sempre nos caracterizou, todas as demandas que vêm surgindo em virtude da Política de Inclusão do Ministério de Educação, necessitamos da ampliação do nosso quadro de servidores.

O Instituto Benjamin Constant não tem autonomia para estabelecer um cronograma próprio para substituir a mão de obra terceirizada por servidores do quadro permanente. Até o momento fomos contemplados com poucas autorizações para preenchimento de cargos de nível superior e médio. Esse quantitativo, ainda é insuficiente para a referida substituição. Temos envidado esforços, junto ao Ministério da Educação, no sentido de preenchimento e criação de novos cargos, através de concurso público, para ampliação e melhoria no desempenho de nossas ações institucionais.

5.2.6 – Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	11	17	21	23	124.115,39
1.1 Área Fim	9	15	18	21	107.733,41
1.2 Área Meio	2	2	3	2	16.381,98
2. Nível Médio	6	5	7	7	26.987,44
2.1 Área Fim	5	5	6	6	22.867,10
2.2 Área Meio	1	0	1	1	4.120,34
3. Total (1+2)	17	22	28	30	151.102,83

Fonte: SIAPE

6 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

RELAÇÃO DE VEÍCULOS											
REFERÊNCIA ANO 2013											
PLACA	MODELO	TIPO COMBUSTÍVEL	ANO	IDADE DA FROTA	MÉDIA ANUAL KM RODADO	GASTO COM COMBUSTÍVEL	GASTO COM REVISÃO	LOCAL DA REVISÃO	SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT	SEGURADORA	VALOR SEGURO S ANUAL 2012/2013
KMY 6420	PARATI	GASOLINA	2001	13 ANOS	14868	857,82			105,25	MAFRE	2.350,00
KZY 0659	KIA BESTA	DIESEL	2005	9 ANOS	8121	4.236,27	1.105,00	AUTO PIN PIN	246,48	MAFRE	2.350,00
LKP 2814	LOGAN RENAULT	FLEX	2008	4 ANOS	9195	3.745,49	830,00	AUTO PIN PIN	105,25	MAFRE	2.980,00
LLA 5462	ONIBUS	DIESEL	2009	5 ANOS	1488	2.445,21			246,48	MAFRE	5.800,00
KNV 9703	ONIBUS	DIESEL	2009	5 ANOS	2807	2.093,07			246,48	MAFRE	7.890,00
LKZ 3745	KOMBI	FLEX	2009	5 ANOS	9456	4.902,32	2.520,29	REAL VEICULOS	105,25	MAFRE	2.999,99
KPQ 9741	LOGAN RENAULT	FLEX	2013			100,13			105,25		

O fornecimento do combustível é através de cartão magnético personalizado da Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Contratos Hom Ltda., que utiliza sistema de identificação, código do usuário e senha individual. Em 2013 adquirimos mais um veículo para a frota, pois o veículo parati está com 13 anos de uso e tem apresentado problemas mecânicos.

6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1:	02	02
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		02	02
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		02	02

QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com manutenção
152004	6001.03760.500-4	21	3	9.306.402,00	15/05/2013	18.281.040,33	700.995,50	3.559.717,81
152004	6001.03761.500-0	21	3	694.167,00	15/05/2013	3.194.167,00	79.900,00	1.212.661,62
Total							780.895,60	4.772.379,43

Análise Crítica

Esta unidade atualizou os valores através do SPIUNET de acordo com a solicitação para regularização dos imóveis desta unidade, através do Ofício n.º 005677/2013-DIAPF/CODIM/SPU/RJ, de 24 de outubro de 2013, no que encaminhava anexo, Memorando Circular n.º 79/DECAP/SPU-MP, de 06 de junho de 2012, que através de seu parágrafo 2.2. orientava a atualização através do valor do IPTU.

Os valores se encontram num percentual de 196,43% para o imóvel cadastrado na RIP n.º 6001.03760.500-4, e para da RIP n.º 6001.03761.500-0 o percentual de 460,14%, tendo em vista que deste que foram cadastrados não haviam sido atualizados, isto posto, deste 2005, sendo somente agora neste exercício de 2013 atualizados.

7 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
X	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.

X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
X	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Até agosto de 2013, a Instituição não possuía, em seu quadro permanente de pessoal, funcionário da área de TI. O analista só tomou posse em dezembro de 2013. No momento temos dois servidores da área de TI: 01 analista e 01 técnico de TI.	

7.1.1 Análise Crítica

Embora o Instituto Benjamin Constant tenha investido consideravelmente na ampliação de seu parque de informática, a Tecnologia da Informação e Comunicação enquanto estratégia para a própria instituição ainda se encontra em seu estágio inicial, focada, sobretudo, em aspectos operacionais formalizados através de nossa Política Geral de Informática.

Os dois servidores nomeados estão tomando ciência do PDTI e iniciando uma reestruturação do documento feito anteriormente e que estava sendo analisado pelos diretores de Departamento que levantaram algumas questões inviabilizando a implantação do PDTI.

Temos um conjunto de diretrizes quanto à boa utilização dos recursos de TIC em nossa instituição. Nossa intenção é a fixação de metas e objetivos, através de um conjunto de programas e ações que façam da TI um importante instrumento para a continuidade do negócio do Instituto Benjamin Constant: o ensino, a reabilitação, a prevenção, a pesquisa e a extensão.

8 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.8.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 				X	
	Conforme necessidade do objeto, incluímos em nosso editais os critérios apresentados nos modelos oferecidos pela AGU/RJ, AGU/SP e o Guia Prático de Licitações Sustentáveis.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X	
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	Dependendo do objeto licitado, pedimos FSC, ISO e INMETRO.				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 	Houve um trabalho junto à comunidade IBC para a redução do consumo de água e energia, o que surtiu uma diminuição no gasto, além da troca de lâmpadas e manutenção mais rígida da parte hidráulica e elétrica.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				X	
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	Papel A4, copo de bagaço de cana, Veículo Flex, entre outros.				

7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
<p>Considerações Gerais:</p> <p>A empresa SimpleSaude continua responsável pela Comissão do Programa de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Saúde – PGRSS. A empresa continua treinando e monitorando os setores do IBC, ligados ao serviço médico, quanto aos procedimentos corretos para descarte de material perfurocortante e os setores ligados a nutrição, limpeza e conservação quanto ao uso de luvas, máscaras e sacos diferenciados para descarte correto do lixo. Contratamos a empresa Apliquim Brasil Recycle para o descarte de 1.800 lâmpadas fluorescentes até 1.20m. No Certificado entregue pela empresa ela informa que houve descontaminação e reciclagem, com a recuperação do mercúrio (Hg) em seu estado líquido elementar. Os materiais das lâmpadas referidas foram descontaminados, analisados e encaminhados para a reciclagem para a devida reutilização com fins industriais.</p> <p>Continuamos na busca do tipo de papel reciclado mais adequado para ser disponibilizado aos nossos alunos e reabilitandos, já que a coloração mais escura e a porosidade dificultam a leitura dos alunos de baixa visão.</p> <p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO 8.2 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Projeto Esplanada Sustentável – PES, assinado pelo MEC em, 23/11/2012.	2012			O IBC faz parte do GES-RIO para participar das compras compartilhadas sustentáveis e realiza reuniões semanais com os Diretores para manter a redução de gastos.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	2.332.721und	0	4.693.250und	372.286,65	0	326.081,00
Água	33.858,40m³	310.579,00m³	311.547,13m³	233.327,50	283.920,55	279.221,16
Energia Elétrica	16.499,16Kw	501.018,25Kw	667.887,73Kw	401.019,74	389.262,82	494.200,91
			Total	1.006.633,89	673.183,37	1.099.503,07

Fonte:

Considerações Gerais:

De acordo com o PES – Projeto Esplanada Sustentável, assinado pelo MEC em 23 de novembro de 2012, esta unidade tem, cada vez mais, se empenhado em baixar os índices de consumo de energia, adotando medidas de economicidade e a procura não só de materiais, como de bens e serviços que contribuam cada vez mais para melhorar a qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício e pela melhoria contínua da gestão dos processos.

Pode-se observar que o consumo de papel entre os exercícios de 2011-2013, tendo em vista não ter havido tal consumo em 2012, foi de 201,19% a menor no exercício de 2013,

Para o consumo de água do exercício de 2011-2012, foi de 99,68% a menos, e que para o exercício de 2012-2013 foi de 10,90% sob tal consumo de 2012.

Em relação ao consumo de luz a comparação de 2011-2012 o índice foi de 75,01% a menor que em 2011, e que para 2012 para 2013 foi de 03,29% sob o consumo de 2012.

Em relação aos valores, infelizmente a comparação se torna difícil tendo em vista que, a de papel na maioria utilizado por nossa gráfica é importado, dependendo assim do mercado e de suas variações, já os consumos de água e de energia elétrica, depende dos contratos de concessões, sendo os mesmos reajustados de acordo com as suas agências reguladoras e pelo próprio governo.

9 – CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 – Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

QUADRO A.9.1.1 CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT					00251
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC026.595/2011-7	8058/2012-TCU 2ª Câmara	1.7	RE	Ofício 2609/2012- TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT					00251
Descrição da Deliberação:					
Processo TC-026.595/2011-7 Prestação de contas exercício 2010 1.7.3 Existência de imóveis com data de avaliação vencida, bem como falta de inclusão no inventário da unidade da parte referente aos bens imóveis;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Planejamento Administração - DPA					
Síntese da providência adotada:					
1.7.3 Os imóveis do IBC já foram regularizados no SPIUNET, desde 15/05/2013. Ofício nº 394/2013-MEC/IBC/GAB, encaminhado para Controladoria-Geral da União no Estado do Rio de Janeiro. Recebemos a Nota Técnica nº 1849/2013/NAC3/GAB/CGU-Regional/RJ, onde consta o cumprimento pelo órgão do item em questão.					
Síntese dos resultados obtidos					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

9.4 – Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei Nº 8.730/93

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	6	2	44
	Entregaram a DBR	6	2	44
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Divisão de Pessoal do Instituto Benjamin Constant

9.6 – Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV



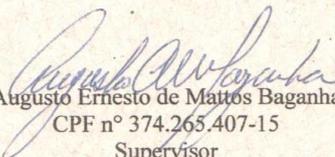
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



DECLARAÇÃO

Eu, AUGUSTO ERNESTO DE MATTOS BAGANHA, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob nº 374.265.407-15, Supervisor da Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira, do Instituto Benjamin Constant declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2014.


Augusto Ernesto de Mattos Baganha
CPF nº 374.265.407-15
Supervisor

Divisão de Programação e Execução Orçamentária e Financeira
Instituto Benjamin Constant

Instituto Benjamin Constant – Av. Pasteur, 350/368 – Urca
Rio de Janeiro / RJ – Cep: 22290-240
Tel: (21) 3478.4442 Fax: (21) 3478.4444
E-mail: ibc@ibc.gov.br

11 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

11.1 – Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

O IBC vem aplicando, em parte, as preconizações das NBC T 16.9 e 16.10, quando se trata dos bens móveis adquiridos a partir de 01/01/2011, no entanto, em relação aos bens adquiridos anteriormente a 01/01/2011, não se verifica o atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O setor responsável pela gestão patrimonial alega como fatores limitantes ao atendimento das NBC T 16.9 e 16.10 não dispor de dados necessários para proceder ao levantamento necessário patrimonial adequado às atuais exigências das citadas NBC T, no entanto, o IBC esta adotando medidas necessárias para que se possa proceder às reavaliações dos bens móveis.

A metodologia utilizada pelo IBC para estimar a vida útil econômica dos bens adquiridos a partir de 01/01/2011, para se calcular a depreciação desses bens, bem como para se determinar as taxas de depreciação são as apresentadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da Macrofunção SIAFI n.º 02.03.30, se bem que, para validar contabilmente os registros no Ativo, o IBC vem utilizando o Sistema Simulador de Depreciação WEB – MEC, em relação ao Passivo, o IBC vem registrando as obrigações com base nos valores dos documentos hábeis: notas fiscais, notas fiscais/faturas e/ou notas fiscais eletrônicas.

Fato este, não ocorrer com bens móveis anterior a 01/01/2011, pois muitos destes bens se encontram muito defasados, teríamos que proceder levantamento de todo patrimônio anterior a data citada, e compará-los com bens atuais e ou recém adquiridos, proceder o lançamento com valores atualizados e proceder assim a depreciação, amortização e exaustão.

Se observado, realmente os valores lançados no ativo, quanto as depreciações ocorridas, foram realizadas a partir dos bens que ainda estavam em estoque, e a partir da entrada de novos bens, bem como devido aos bens imóveis, que ainda não foram depreciados, mais sim atualizados no Sistema de Patrimônio da União – SPIUNET.

- Disponibilidades – estão mensurados pelo valor original;
- Créditos – estão mensurados pelo valor original;
- Estoque – estão mensurados pelo valor de aquisição, sendo contabilizados de acordo com a entrada do bem no almoxarifado e dado baixa no momento da requisição dos materiais;
- Diferido – está mensurado pelo valor original se referindo aos sub-repasses recebidos por nossa Unidade, vinculados a nossa gestão e unidade orçamentária;
- Ativo Permanente – sobre os investimentos, estão registrados pelo valor original, no imobilizado, os bens imóveis estão registrados pelo valor recém-atualizados no SPIUNET, tendo em vista inclusive este, ter sido alvo de ressalvas, anteriormente, por se encontrar defasado deste o exercício de 2005, e quanto aos bens móveis estão registrados pelo valor de aquisição e passam pelo processo de depreciação, amortização e exaustão.

Assim os resultados alcançados, apesar de tentarmos manter os bens depreciáveis, os resultados são ínfimos se comparados com o montante lançado, mas positivamente nos resultados, pois o impacto patrimonial foi menor, resultante exclusivamente, do orçamentário.

11.2 – Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Declaração

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada **Instituto Benjamin Constant - IBC**, que apresenta o Relatório de Gestão, exceto no tocante ao que se segue:

- a) A ausência do registro mensal da Depreciação de Bens, bem como a falta de envio mensal à Setorial Contábil das informações sobre a consistência entre os saldos contábeis e os saldos apresentados no Relatório de Movimentação de Almoarifado- RMA e no Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB, destinados a subsidiar o registro da conformidade contábil, caso em que compromete a situação patrimonial da unidade.

As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, regidas pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, não constituem objeto da presente declaração por considerar que tais modalidades de controle não são disponibilizadas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 31 de Março de 2014.

Assinatura manuscrita em azul da contadora responsável.

Núcia Ferreira da Silva
CRC DF 010702/O-6
Contadora Responsável pela Unidade Jurisdicionada